

apartes

NÚMERO 23 - JANEIRO-FEVEREIRO/2017

Distribuição gratuita

A vez do pedestre

Ações incentivam a caminhada como meio de transporte na capital paulista



Rico Dalasam

Rapper conta como usa música para sobreviver ao preconceito

Aviões, armas e leis

Bierrenbach: do sonho de pilotar à carreira política nacional



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: Milton Leite (Democratas)
1º Vice-Presidente: Eduardo Tuma (PSDB)
2º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
1º Secretário: Arselino Tatto (PT)
2º Secretário: Celso Jatene (PR)
1º Suplente: Gilberto Nascimento (PSC)
2º Suplente: Ota (PSB)
Corregedor: Souza Santos (PRB)

Vereadores da 17ª Legislatura (2017-2020)

Abou Anni (PV) - suplente, Adilson Amadeu (PTB), Adriana Ramalho (PSDB), Alessandro Guedes (PT), Alfreidinho (PT), Aline Cardoso (PSDB), André Santos (PRB), Antonio Donato (PT), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Nomura (PSDB), Caio Miranda Carneiro (PSB) - suplente, Camilo Cristóvão (PSB), Celso Jatene (PR), Claudinho de Souza (PSDB), Claudio Fonseca (PPS), Conte Lopes (PP), Dalton Silvano (Democratas) - suplente, Daniel Annenberg (PSDB) - licenciado, David Soares (Democratas), Edir Sales (PSD), Eduardo Matarazzo Suplicy (PT), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB) - licenciado, Fabio Riva (PSDB), Fernando Holiday (Democratas), George Hato (PMDB), Gilberto Nascimento (PSC), Gilberto Natalini (PV) - licenciado, Gilson Barreto (PSDB), Isac Felix (PR), Jair Tatto (PT), Janaina Lima (NOVO), João Jorge (PSDB), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Mario Covas Neto (PSDB), Milton Ferreira (PTN), Milton Leite (Democratas), Noemi Nonato (PR), Ota (PSB), Patrícia Bezerra (PSDB) - licenciada, Paulo Frange (PTB), Quito Formiga (PSDB) - suplente, Reginaldo Tripoli (PV), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PROS), Rinaldi Digilio (PRB), Rodrigo Gomes (PHS) - suplente, Rodrigo Goulart (PSD), Rute Costa (PSD), Sâmia Bomfim (PSOL), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Soninha (PPS) - licenciada, Souza Santos (PRB), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Zé Turin (PHS).

Expediente

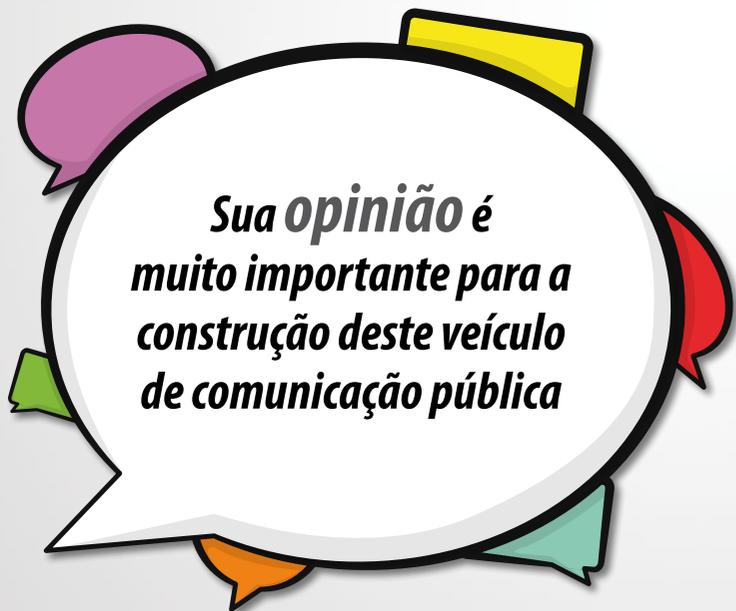
Editor executivo: Eron Almeida Santana
Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Erick Paulino de Souza, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez
Apoio e expedição: Bruno Ribeiro
Mídias sociais: Livia Tamashiro
Estagiários: Caroline Pereira, Julia Gemignani, Juliana dos Reis, Luana Maciel, Renata Oliveira e Vitor Santos
Unidades de apoio: Procuradoria da CMSP
Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.33
Impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP
Capa: Imagem maior: Montagem de Erick Paulino de Souza sobre fotos de "Freeimages.com/Roberto Valdés" e "Freeimages/Afonso Lima" - Imagem menor: Gute Garbelotto/CMSP

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares
Fechamento desta edição: 8/3/2017

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.



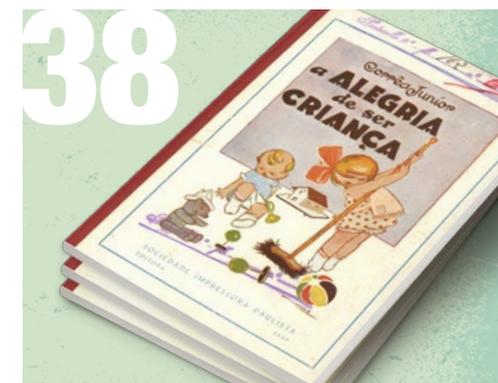
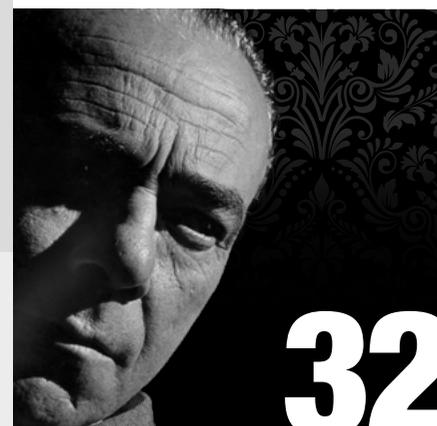
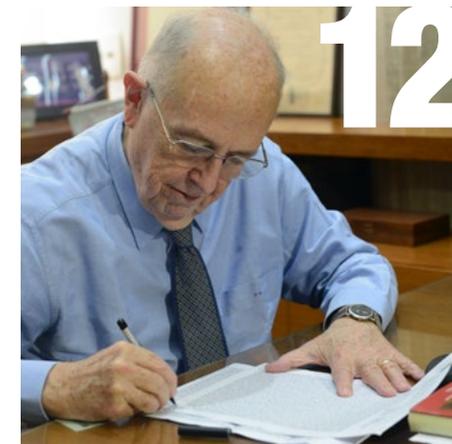
Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes



SUMÁRIO

4 **Clique Paulistano**

6 **Recado da redação**

6 **Notas**

8 **Com a palavra**
Rico Dalasam

12 **Perfil » Flavio Bierrenbach**
Um juiz bom de mira

20 **CMSP 360°**
10 pioneiros da CMSP

22 **Mobilidade**
Sonhando com os pés no chão

32 **Premiação**
Um prêmio à versatilidade

38 **Desarquivando**
Livros pra juventude

A partir desta edição, abrimos espaço para uma seção dedicada ao trabalho da Equipe de Fotografia da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Seja por meio de uma foto ou de um ensaio, retrataremos cenas da capital paulista pelo olhar dos profissionais da Casa.

O clique de estreia é do fotógrafo Marcelo Ximenez. Ele captou a beleza e as cores do **Vale do Anhangabaú**, na região central da cidade de São Paulo. A imagem foi feita num final de tarde de fevereiro, a partir do heliponto do Palácio Anchieta, sede da CMSP.



RECADO DA REDAÇÃO

Para fazer a reportagem de capa desta edição, fomos atrás de um tema pouco explorado quando se fala de formas de transporte: mobilidade a pé. Na **Apertes**, já tratamos de locomoção por transporte público, aplicativos de carona paga, bicicleta e até barco. Mas pela primeira vez exploramos a forma mais primitiva de deslocamento humano.

O jornalista Fausto Salvadori selecionou as leis e projetos da Casa a respeito do tema e conversou com integrantes de organizações não-governamentais que nos últimos anos vêm tentando redescobrir e incentivar o andar a pé na capital. O próprio repórter participou de uma experiência com um desses grupos e conta o resultado em *Sonhando com os pés no chão*.

No perfil, temos a história de um homem que sonhou ser piloto da Força Aérea Brasileira, mas seguiu pelo caminho da vida pública até chegar a ministro do Superior Tribunal Militar. Na matéria *Um juiz bom de mira*, Flavio Bierrenbach conta sua história, que inclui passagem pela Câmara Municipal de São Paulo.

Outro personagem desta edição é Guilherme de Almeida, que dá nome a um prêmio institucional da Casa em reconhecimento a personalidades ligadas à cultura e cuja primeira edição ocorreu no ano passado. Guilherme é figura histórica. Artista completo e jornalista, foi integrante da Semana de Arte Moderna de 1922, parceiro de Villa-Lobos, membro das academias Paulista e Brasileira de Letras e comandou a comissão responsável por celebrar o quarto centenário paulistano, em 1954. É, também, coautor do brasão da cidade de São Paulo.

Na entrevista, batemos um papo com um artista da atualidade: Rico Dalasam, rapper negro e gay que nos contou como lida com o preconceito desde a infância (“estudei num colégio particular, onde todos os alunos eram brancos”) e como encontrou no rap um “irmão” com quem pôde dividir suas angústias e desabafar: “era, às vezes, a única pessoa que eu queria ouvir, a única pessoa com quem eu queria falar”.

Brasileiros e alemães analisam desafios das cidades

Especialistas e gestores públicos se reuniram no 5º Diálogo Brasil-Alemanha de Ciência, Pesquisa e Inovação para analisar desafios e oportunidades das cidades do futuro. Em novembro, eles participaram de dois dias de debates sobre temas como planejamento e governança urbana, gestão da água e resíduos e eficiência energética, clima e ecologia.

O evento, realizado na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), foi uma parceria da Escola do Parlamento da Casa com o Centro Alemão de Ciência e Inovação – São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a FGV Projetos e o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

Os painéis do 5º Diálogo Brasil-Alemanha estão disponíveis em vídeos no portal da CMSP (www.camara.sp.gov.br/sala-de-imprensa/multimedia/galeria-de-ideos). O Centro Alemão de Ciência e Inovação – São Paulo vai publicar uma revista com reportagens sobre os debates.

CPI das Compensações Ambientais propõe aumento no plantio de árvores e mais fiscalização

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Termos de Compromisso Ambiental chegou ao fim em 30 de novembro, após nove meses de investigação. Desde março de 2016, os vereadores apuravam irregularidades no cumprimento dos Termos de Compromisso Ambiental (TCAs), contratos firmados entre o poder público e responsáveis por empreendimentos que possam causar impacto ao meio ambiente.

O relatório final da CPI sugere ações que aumentam o plantio de árvores, compra de equipamentos e responsabilização das empresas concessionárias por medidas drásticas. A íntegra do texto está no Portal da Câmara (www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/comissoes).

Conheça os novos vereadores e Mesa Diretora

No dia 1º de janeiro, os 55 vereadores assumiram seus mandatos para a 17ª Legislatura da Câmara Municipal paulistana. Na ocasião, também foram empossados o prefeito João Doria (PSDB) e o vice-prefeito Bruno Covas (PSDB).

Depois da cerimônia, os vereadores elegeram Milton Leite (Democratas) como presidente da Mesa Diretora. “Minha gestão busca o equilíbrio democrático entre as bancadas e o equilíbrio de gestão que a sociedade cobra”, declarou Leite, que destacou a importância do respeito às minorias e de uma legislação cada vez mais próxima do povo.

Eduardo Tuma (PSDB) foi eleito como primeiro-vice-presidente; Edir Sales (PSD), segunda-vice-presidenta; Arselino Tatto (PT), primeiro-secretário; Celso Jatene (PR), segundo-secretário; Gilberto Nascimento (PSC), primeiro-suplente; e Ota (PSB), segundo suplente. O vereador Souza Santos (PRB) foi escolhido para corregedor-geral.

Já que cinco parlamentares se tornaram secretários municipais, seus suplentes assumiram. No lugar de Daniel Annenberg, secretário de Tecnologia, entrou Dalton Silvano (DEM). Caio Miranda Carneiro (PSB) ocupou o lugar de Eliseu Gabriel, secretário de Trabalho e Empreendedorismo. Rodrigo Gomes (PHS) assumiu a cadeira de Soninha Francine, secretária de Assistência e Desenvolvimento Social. Abou Anni (PV) ocupou a vaga de Gilberto Natalini, secretário do Verde e Meio Ambiente.



Paçoca de carne venceu a categoria fotografia da edição 2016 do Troféu São Paulo: Capital Mundial da Gastronomia, da CMSP, que premia trabalhos para ressaltar a importância da cidade como capital gastronômica

CMSP lança livro com obras de arte do Palácio Anchieta



A CMSP lançou o livro *Acervo Artístico da Câmara Municipal de São Paulo*, com informações sobre dezenas de obras de arte, principalmente quadros com cenas históricas e retratos. A publicação revela a origem do acervo e o contextualiza na história do Legislativo paulistano e da cidade.

Também está à disposição dos leitores a obra *Câmara Municipal de São*

Paulo: Panorama Histórico. Publicada originalmente em 2010, com o título *CMSP: 450 Anos de História*, com ilustrações, fotografias e transcrições de documentos, traz as mudanças do Legislativo municipal desde a sua fundação, em 1560. Os dois livros e outras publicações podem ser lidos no site do Centro de Memória CMSP (www.camara.sp.gov.br/memoria).

Rico Dalasam

O rapper fala sobre como desafiou as barreiras da pobreza, do racismo e da homofobia

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br
Colaborou Matheus Briet | m.briet@hotmail.com



Guilherme Cabral/CMSP

“

Você tem que viver a dor e a alegria da sua existência”

Quando encontra os repórteres da *Apartes*, diante do condomínio onde mora, em uma manhã de outubro, o rapper Rico Dalasam havia acabado de causar. Numa volta de poucos minutos pela Consolação, região central de São Paulo, ouviu xingamentos, fiu-fius e ainda viu um motorista furar o sinal vermelho por ter ficado reparando nele. É como se sua figura de homem negro de shortinho, camiseta curta, tranças nos cabelos e delinador nos olhos fosse uma provocação e o músico confrontasse visões de mundo a respeito de classe, gênero e raça só por andar na rua.

Nascido Jefferson Ricardo da Silva há 27 anos, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, Dalasam teve de aprender a lidar com o preconceito desde a infância, quando os esforços da mãe doméstica conseguiram levá-lo a estudar num colégio particular, onde todos os alunos eram brancos. “Eu nunca me senti parte”, diz. Negro, gay e pobre, descobriu seu lugar no rap, um gênero às vezes tido como machista ou homofóbico, mas que para ele se transformou em melhor amigo.

Na música, como fez a vida toda, também vem causando. Adotou o nome de Rico Dalasam, abreviação de Disponível Armas Libertárias A Sonhos Antes Mutilados,

e estourou em 2014 com o single *Aceite-C*. O primeiro álbum, que emplacou sucessos como *Riquíssima* e *Esse close eu dei*, foi lançado no ano passado com o nome *Orgunga*, uma palavra inventada que, na língua própria de Dalasam, significa “orgulho que vem depois da vergonha”.

Quando percebeu que o preconceito existia?

Bem criancinha. Nas primeiras situações em que eu tinha que fazer alguma coisa em grupo na escola, antes do pré. Tinha uns amiguinhos que não queriam pegar na minha mão. Eu disse para minha mãe: “minha mão não estava suja”, sem saber o que era. Isso foi recor-

rente até hoje, de outras formas. Desde então fui criando um mecanismo de defesa, se não para não ser vítima, pelo menos para não ser só vítima.

Na época, você estudava em escola particular?

Estudei em colégio particular a vida toda. Tinha um recorte social: ali não tinha negro. Me sentir parte eu nunca senti,

mesmo, só que a escola reforçava que a vida tinha que ser mais difícil do que já era. A escola agravou bastante, durante um tempo, minha relação com as pessoas, sempre me trazendo para o introspectivo, para ter uma relação apenas comigo. De algum jeito foi bom, comecei a construir meu próprio mundo, mas fui construindo de um jeito que, hoje, tenho algumas dificuldades com namoro, com família. Dificuldade de ser parte.

E a homofobia?

Veio depois. Virei adolescente e juntou a minha raça, o desespero de já saber o que era o preconceito e de me atirar num lugar de onde não tinha como fugir. Você precisa se abrir e viver, mas e o medo? Eu sabia que, para viver plenamente minha identidade, eu precisava sair um pouco dessa zona de “tô com medo da homofobia”. Aí o orgulho foi nascendo no caminho. Com 17 anos, eu estava ainda “quero beijar os meninos, mas não quero sofrer”. Isso

é impossível. Você tem que viver a dor e a alegria da sua existência.

A escola sabia lidar com essas questões?

Não, a escola não sabe. Eu me lembro só de uma professora, durante a escola toda, que me defendeu. A partir da sexta série [atual sétimo ano] eu já me defendia. Falei “preciso dialogar em vez de sair na mão com os outros”. E aí o rap me deu as palavras para estabelecer um diálogo. Chegou uma época em que virei um mediador das tretas na escola. Por saber resolver as minhas tretas, acabava resolvendo as dos outros. O rap me deu esse negócio de “vai lá, troca ideia”.

Qual foi o papel do rap na sua vida?

O rap era um irmão. Era, às vezes, a única pessoa que eu queria ouvir, a única pessoa com quem eu queria falar. Eu ouvia e traduzia para



“Ninguém planejou a vida para estar ao lado de preto ouvindo rap”

Guilherme Cabral/CMSP

minha realidade e isso fazia muito sentido. Não fui roqueiro porque achava que rock era coisa de branco. O rap era um outro som que me dava uma força.

Como é sua relação com os outros artistas do rap?

Ainda é uma grande dificuldade para os caras [do rap] lidarem com a minha existência. Eu estou nos lugares, é inevitável me encontrar, é inevitável a gente dividir camarim. Estou eu lá, sabe? E é uma imagem, um comportamento, um negócio que afeta. Até hoje eles só andaram com os caras iguais a eles, falando que nem eles, onde um abraço é um soco nas costas. E eu causo quando estou entre eles. Eu provoço um tipo de desconstrução. Eles estão aprendendo bastante comigo.

O rap é homofóbico?

O rap é uma foto 3x4 da nossa cultura. É um gênero musical, construção de homens. Expressa o que está dentro de todos os homens da sociedade em algum grau. O cara do rap também é o cara do futebol de domingo, é o cara da hora do almoço, engravatado, que vai mexer com a menina, que vai falar bosta sobre gay. É o mesmo homem. O rock é igual, todo gênero musical é. Colocar a culpa da homofobia e do machismo na cultura hip-hop é a mesma coisa que repudiar o funk. A música que vem das margens sofre isso.

Em 2015 os vereadores discutiram se o Plano Municipal de Educação deveria prever a

discussão sobre gênero nas salas de aula. O que acha?

Estamos tão para trás que ainda estamos debatendo se isso tem que ser discutido. Se a escola não quiser discutir, beleza, mas os moleques já discutem do jeito deles. As gays da sala já fazem esse serviço. Hoje, as gays da sala já têm uma coisa de não deixar mexer com elas, um pensamento de que, se estiverem juntas, não vão fazer nada com nenhuma. Já existe esse pensamento, um “posso gritar”. É se ver. Quando a gente se vê, a gente se fortalece. As amarras que tinha em mim nessa idade, eles [os alunos de hoje] já estão sem. Isso afeta todo mundo que está perto. E o caminho, sem estar à mercê das leis, da Igreja, da família, de nada disso, é construir uma geração de héteros melhores, que não vão ter problema em ter a experiência que eles acham que devem ter. É hora de se desconstruir esse pensamento sobre o hétero, também. Porque é uma prisão a gente se colocar dentro de “eu sou hétero”, “não posso”, “não vou”, “não é”. Acho que caminha pra isso: ser uma coisa só, sem as amarras do patriarcado.

Qual o retorno das pessoas com relação a sua música?

Chega no inbox do Facebook, todo dia, gente agradecendo, falando emocionado sobre a descoberta do som e como cooperou para a vida deles. Gente do interior do Pará, da Bahia... Quanto mais longe (longe de mim, no caso) existe uma necessidade maior de arejar. São pessoas altamente poderosas por existirem lá na área delas. Elas acham que por algum motivo eu sou algum tipo

de referência, de exemplo, mas... nossa! Eu é que me pego muito na história delas. Hoje estou muito mais protegido de várias coisas. Um pouco de grana, um pouco de tudo, me protege já de muita coisa. De repente eu já vivo alguns privilégios dentro da minha existência e o resto da galera toda não.

Você estourou com o single Aceite-C. É uma coisa bem forte pra você a questão de se aceitar?

Vai ser pra sempre. Eu estou falando [aceite-se] para mim, depois para os outros. E eu vou falar para mim sempre. Hoje vivo isso no campo da música. Onde tiver cinco atrações e tiver que derrubar uma, eu sou a

primeira. Eles não estão nem aí para os fãs. Todo esse retrocesso [político] só vai acentuar isso tudo. Esse pouquinho que a gente construiu vai se apagar. Agora, o momento é de apagar o preto [que alcançou] uma situação melhor, é apagar o rap enquanto música legítima, é apagar o gay e toda manifestação que envolva isso. Vão passar a borracha até conseguirem jogar a gente de novo lá no nosso canto, no bairro, na festinha, na quermesse, e limar a gente dos grandes eventos, palcos e holofotes.

Onde vê essa tentativa de colocar as minorias de novo para escanteio?

Cara, todas essas medidas políticas recentes, elas propõem exatamente



“A gente celebra a vida muito perto da morte”

isso: varrer a gente. Se a gente pisou fora do curral onde jogaram a gente a vida inteira, querem fazer a gente voltar para lá, mano. É matar uma geração que está sonhando. É um tiro no imaginário: você perde a capacidade de visualizar um amanhã com mais possibilidades, volta sete casas e se olha do curral para dentro, nunca mais do curral para fora. Você acha que nasceu para viver dentro dessa cerca.

Qual o papel das artes nessa briga política e econômica tão forte?

Onde o imaginário é destruído, as artes, com um serviço de formiguinha, resistem. Podem destruir mil políticas, mas vai existir o Rico Dalasam. Isso ninguém tira. A gente faz música aqui, ó [mostra o notebook sobre uma mesa]. Abro esse computador, subo o microfone, gravo. Se acabarem todas as possibilidades de gravar em algum lugar, eu vou gravar um vídeo aqui, fazer um clipe, sincronizar. Botei no YouTube, mano, já era. Quero ver eles acabarem com o funk. O funk é o grande herói dos guetos. É igual ao reggaeton [gênero de origem caribenha com forte carga de sensualidade]. Ninguém vai acabar com eles, porque os caras já fazem tudo por conta própria.

Você nunca fez um rap de denúncia, prefere celebração e afirmação. Por quê?

É o que eu quis ouvir sempre. Eu gosto dos raps que têm [denúncia], mas sempre quis ouvir esse que é irônico, que debocha, que está na bosta, mas sambando. A gente pode levar uma “lampadada” [referência a um ataque homofóbico ocorrido

na Avenida Paulista em 2010, quando dois jovens foram agredidos com lâmpadas fluorescentes], mas vamos levar uma “lampadada” pulando, gritando, celebrando. A gente celebra a vida muito perto da morte.

É muito diferente ter morado em Taboão da Serra e morar no centro de São Paulo?

Aqui eu recebo um olhar estranho, que eu sempre recebi, mas aqui é mais aguçado. O cara daqui do lado, de outro condomínio, reclamou do som. Ficou falando “põe o fone, mó chato esse som”. Ninguém [da vizinhança] planejou a vida para estar ao lado de preto ouvindo rap e tudo o mais. Quando ligo o som para arrumar a casa, vou botar Kekel e Livinho [cantores de funk] para tocar. O cara vai ficar chateado. Isso é muito distante para ele. Eu olho aqui e a imagem mais próxima que eles têm de alguém como eu é a mina que vem limpar a casa deles, o cara lá embaixo que revira as coisas que eles jogam no lixo. É o mais perto que eles têm no imaginário. Aí, mano, bagunça a cabeça deles me ver aqui dentro.

Você busca chocar ou isso acontece sem pensar?

Buscar a gente não busca. A gente evita, porque não quero que ninguém me encha o saco. Mas tem dia que eu esqueço e, sei lá, visto uma saia, uma blusa, uma coisa assim que, quando eu vejo, é uma afronta, está confrontando. Mas foi tão espontâneo, tá ligado? Imagina se a gente vai acordar e falar “hoje eu vou comprar pão causando”. Não é isso. Eu só quero viver. 

Um juiz bom de mira

Apaixonado por política, aviões e armas, Bierrenbach julgou um militar acusado de matar duas vezes o mesmo homem

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

MEMÓRIA
"Ser vereador contava, valia a pena", orgulha-se o ex-parlamentar

No sétimo andar do Conjunto Nacional, um dos prédios mais famosos da Avenida Paulista, e no meio de toda a agitação política e cultural de São Paulo, o advogado Flavio Bierrenbach, cercado por livros sobre armas, Direito e aviação, analisa a vida política do País. Conhecimento e experiência para isso ele tem de sobra. Aos 77 anos, já foi vereador, deputado estadual e federal e ministro do Superior Tribunal Militar (STM). De todos os parlamentos onde esteve, garante que o preferido foi a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP): "ser vereador contava, valia a pena".

A ideia de ingressar no Parlamento municipal surgiu em 1975. Bierrenbach havia passado em um concurso e se tornara procurador do Estado de São Paulo. Enquanto participava de



COMPROMISSO
Quando era deputado federal, durante reunião com o governador Franco Montoro

um Congresso da Federação Interamericana de Advogados na cidade de Cartagena das Índias (Colômbia), refletiu que, embora estivesse bem no aspecto físico e no financeiro, sentia-se profundamente infeliz por conta da ditadura. Assim, tomou a decisão de ser candidato a vereador nas eleições do ano seguinte.

A campanha começou com a compra de um caderno para anotar, durante meses, o nome de todas as pessoas que conhecia. “Fui falando com um e com outro para dizer que era candidato”, recorda-se. Com 33.816 votos, conseguiu a 21ª e última vaga para a Câmara Municipal paulistana. Poucos meses depois de tomar posse, contudo, foi escolhido por unanimidade para liderar a bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo militar.

Da época de vereador, Bierrenbach lembra-se de um episódio em que, às três horas da madrugada, foi

acordado com um telefonema de um cidadão informando que o irmão, um funcionário público, tinha enfartado e não estava conseguindo vaga num hospital municipal no bairro Liberdade. “Achei aquilo um absurdo e respondi: em 30 minutos estarei aí”. O político ligou, então, para o líder do governo na CMSP, vereador Antonio Sampaio, e solicitou que também fosse ao hospital. “Ele não foi, mas resolveu a questão e o funcionário foi internado”, conta.

Um de seus projetos foi marcante na história da Câmara. Em 1978, durante a ditadura militar (1964-1985), três anos após o assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog, Bierrenbach propôs que a Rua 4, no bairro Lapa (onde fica a *TV Cultura*, local de trabalho da vítima), passasse a levar o nome de Herzog. A CMSP aprovou a proposta, mas o prefeito Olavo Setubal, da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido de apoio ao governo militar –, vetou a homenagem.

Em uma atitude rara, a CMSP derrubou o veto do prefeito graças a dois terços dos vereadores, que eram do MDB. “O difícil era botar os 14 no Plenário, mas eu sabia pressionar a minha bancada. Avisei pra eles: quem não for vai ficar marcado na minha lista”, relembra. O próprio Bierrenbach mandou fazer a placa e foi inaugurar a rua. A viúva, Clarice Herzog, políticos e dezenas de amigos do jornalista compareceram à inauguração.

Na Câmara, tomou outra atitude de oposição ao governo militar: em 1977, propôs que o arcebispo de São Paulo, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, um dos principais críticos à ditadura, recebesse o Título de Cidadão Paulistano. A ideia foi aceita e, numa sessão solene no ano seguinte, dom Paulo foi ao Palácio Anchieta receber a homenagem. “O Poder Legislativo, esvaziado

PROPOSTA • Bierrenbach defendeu uma Assembleia Constituinte exclusiva



HOMENAGEM • Em 1978, durante discurso na CMSP em homenagem a d. Paulo Evaristo Arns

pelo autoritarismo do momento, reencontra sua plena dignidade”, afirmou o vereador no discurso de recepção ao homenageado.

Dom Paulo agradeceu lendo um poema de sua autoria, *Oração pelo título de cidadania*: “Para cá vieram tantos povos de origem diversa, com a disposição de somar e multiplicar, para podermos dividir entre todos a renda que nasce do esforço de todos e os ideais que aceitam como denominador comum o Evangelho da justiça e do trabalho para todos”.

Apesar da oposição que fazia a Setubal, Bierrenbach diz que o respeitava. “Era um bom prefeito e jamais tentou me comprar”, declara. Ele faz questão de frisar que nunca foi ao gabinete do chefe do Executi-

vo. “O que eu tinha de dizer, dizia da Tribuna ou falava com o líder do governo na CMSP, o vereador Antonio Sampaio”. Instantes depois, ele se corrige: “só teve uma vez em que estive no gabinete do prefeito, em 1978, quando fui me despedir de Setubal, pois estava indo para a Assembleia Legislativa”.

PAIXÃO POR AVIÕES

Flavio Flores da Cunha Bierrenbach nasceu em 25 de outubro de 1939 e passou a infância em várias cidades, acompanhando o pai, Flavio de Sá Bierrenbach, um engenheiro do Exército que trabalhou no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em Praia Grande (SP). No litoral paulista, viveu na Fortaleza de Itaipu. “Fui

alfabetizado lá, numa classe onde havia soldados de 18 anos que estavam servindo o Exército”, recorda-se.

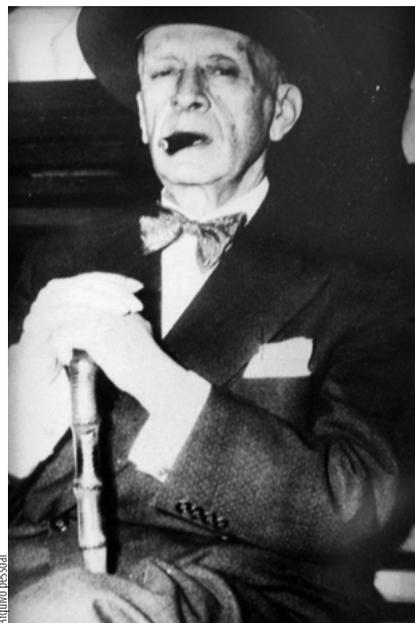
Da infância, também se lembra das férias passadas na casa do avô paterno, o engenheiro e professor de ensino médio Júlio Bierrenbach Lima, em Sorocaba (SP). “Era quase uma chácara no centro”, diz. Pelo lado materno, Flavio é neto do general José Antônio Flores da Cunha, ex-governador do Rio Grande do Sul e ex-presidente da Câmara dos Deputados, que hoje dá nome a um município gaúcho. “Meus dois avôs me influenciaram muito”, conta o político.

Desde criança, Bierrenbach demonstrava interesse por duas paixões que o acompanhariam por

toda a vida: as armas e os aviões. Conta, orgulhoso, que seu pai era um exímio atirador e que aos 10 anos ganhou de aniversário uma espingarda. “Rapidamente, passei a atirar melhor do que meu pai”, diz. “Mas só em arma longa”, ressalta. Em arma curta, o engenheiro sempre foi melhor. “Tenho medalhas, troféus e me tornei instrutor de tiro”, relembra. O apreço faz com que o político não esconda sua oposição à lei federal do Estatuto do Desarmamento, que em 2003 restringiu a posse de armas de fogo: “é imprestável, prejudicial ao País”.

Uma paixão mais antiga é a aviação. “Gosto desde criancinha”, conta. Quando tinha uns 10 anos, com um amigo, ia de bicicleta aos sábados do bairro Perdizes, onde morava, até o Aeroporto Campo de Marte, a cerca de 10 quilômetros, para passar o dia vendo as aeronaves.

RAÍZES
O avô materno, Flores da Cunha, governou o RS e presidiu a Câmara dos Deputados



ves. “Fizemos amizade com um aviador e ele nos deixava ficar nos hangares e lavar os aviões”, recorda-se.

Quando chegou à idade de escolher a profissão, ficou em dúvida sobre qual carreira seguir. Pensou em se tornar militar, mas o pai proibiu, alegando que era muito indisciplinado. “Disse que eu seria preso e expulso do Exército, o que seria uma vergonha para toda a família”, afirma. Ele admite que o pai tinha razão: “eu era muito independente para as Forças Armadas”. O jovem cogitou, então, ser piloto da aviação comercial. “Aos 18 anos tirei o meu brevê e pensei em me profissionalizar”, conta. Dessa vez, os amigos o fizeram mudar de ideia, dizendo que viraria chofer de avião.

Bierrenbach optou, então, pelo Direito, e ingressou na Universidade de São Paulo (USP). “Não me arrependo da escolha. No Largo de São Francisco passei os cinco melhores anos de minha vida.” Flavio diz que na faculdade ficou encantado com os colegas, professores, temas discutidos e com a política. Ainda estudante, em 1963 ocupou seu primeiro cargo público. Durante as férias da faculdade, foi ser oficial de gabinete temporário do então ministro do Trabalho, Almino Affonso, no governo de João Goulart.

Formou-se pelas Arcadas, como a São Francisco também é conhecida, em 1965. Durante o curso, começou a namorar Maria Ignes Rocha de Souza e se casaram em 1966. O casal tem três filhas (Ana Maria, Ana Luíza e Ana Carolina) e dois netos (Júlia e Gabriel), filhos de Ana Maria. “Minhas filhas jamais me deram trabalho ou desgosto”, comemora. Nenhuma das Anas quis seguir carreira política. Maria é diplomata, Luíza é médica e Carolina, arquiteta. Após mais de 50 anos de formado, Bierrenbach ain-



PRIVILÉGIO • Bierrenbach voou em um caça a convite da Força Aérea do Reino Unido

da tem vínculos com a instituição. Atualmente, é presidente de honra da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP.

NOVOS VOOS

Após deixar a Câmara Municipal, Bierrenbach assumiu o mandato de deputado estadual, eleito com mais de 35 mil votos. Porém a lembrança do período em que foi deputado es-

tadual não é boa. “A Assembleia era controlada pelo governador Paulo Maluf”, lamenta. Contudo, tem pelo menos uma boa memória da época: foi um dos poucos parlamentares brasileiros a apoiar, em 1982, o Reino Unido durante a Guerra das Malvinas, na disputa com a Argentina pela posse das ilhas no Atlântico Sul. “Não podia apoiar a invasão, sou a favor da autodeterminação dos povos, e as Malvinas/Falklands

têm um povo que mora lá, os kelpers”, justifica. Os britânicos venceram a guerra e, em 2013, os kelpers fizeram um plebiscito. Quase 100% dos eleitores decidiram continuar pertencendo ao Reino Unido.

Por conta de suas declarações, ficou amigo do embaixador do Reino Unido na época, George William Harding. Em 1985, foi convidado a passar duas semanas na Inglaterra para conhecer os caças da Força Aérea Britâ-

nica e participou de um salvamento de verdade. “Estávamos em um exercício de simulação e surgiu um pedido de socorro de um barco de pesca”, conta.

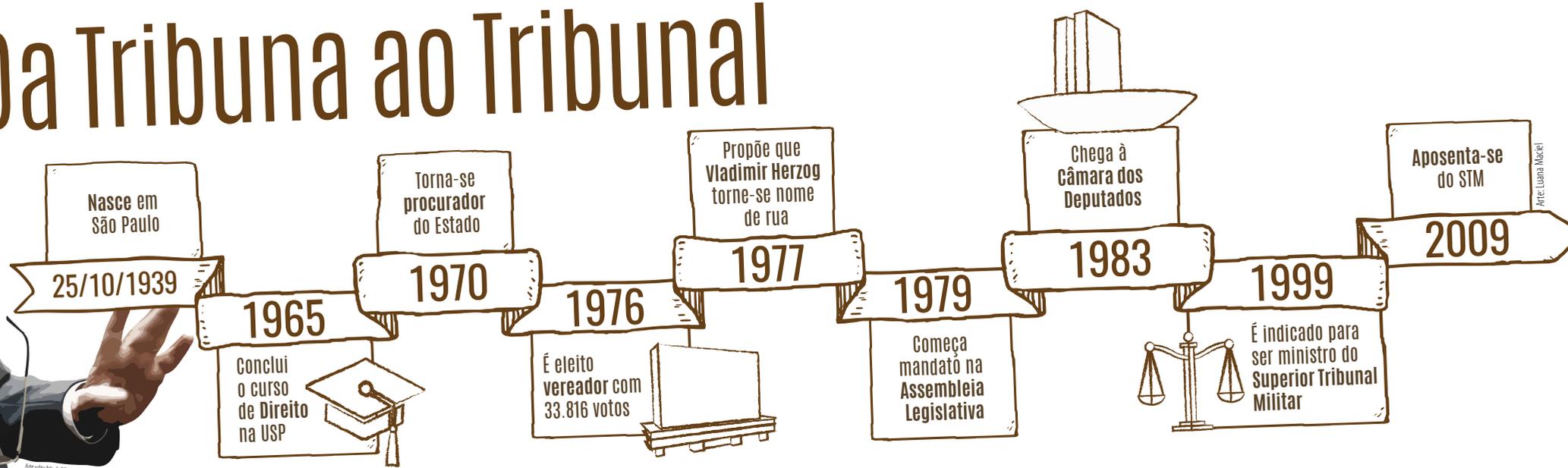
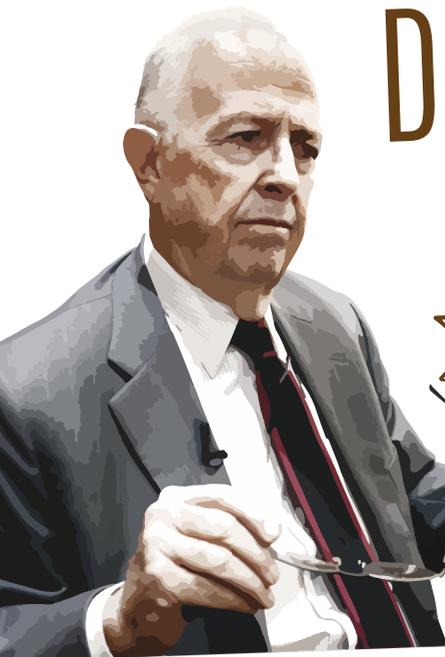
Outro de seus orgulhos na aviação foi ter sido o único civil a participar de um dos maiores desfiles aéreos do País, nas comemorações do Dia da Independência de 1987, em Brasília. Na oportunidade, 118 aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) voaram sobre uma das principais avenidas da capital federal, o Eixo Rodoviário Sul.

No campo político, destacou-se na Câmara dos Deputados, aonde chegou em 1983, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi escolhido, em 1985, para ser relator da Comissão Mista do Congresso (Câmara e Senado) encarregada de analisar o projeto do governo que convocou a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O deputado apresentou um substitutivo à proposta do governo. O texto era contrário aos interesses dos grandes partidos e sofreu críticas. O projeto original, enviado pelo então presidente José Sarney, previa que os deputados federais e senadores eleitos em 1986 (e também os senadores eleitos em 1982) seriam responsáveis por escrever a nova Constituição Nacional. Bierrenbach propôs um plebiscito para decidir se valeria o projeto de Sarney ou se haveria uma eleição exclusiva para formar a Assembleia Constituinte, entre outras modificações. Caso vencesse a segunda alternativa, os constituintes ficariam proibidos de disputar cargos públicos por quatro anos.

Em consequência de suas posições, Bierrenbach foi afastado da Relatoria da Comissão e suas ideias foram derrotadas. A Assembleia Constituinte funcionou junto com o Congresso.

Da Tribuna ao Tribunal



Ainda hoje ele defende sua proposta. “O Congresso não é poder constituinte, é poder constituído”, resume.

PRIMEIRA QUEDA

Abertas as urnas em novembro de 1986, uma surpresa. O especialista em Constituição, autor do livro *Quem tem medo da Constituinte*, não havia sido eleito. Recebeu menos de 30 mil votos. “Eu tinha prestígio, mas prestígio é uma coisa, voto é outra”, reconhece. Indagado se ficou muito frustrado, responde que “é uma sensação ambígua, mas não triste”. Ele conta que, ao chegar em casa após a derrota, encontrou sua esposa, sua mãe, as filhas pequenas e alguns amigos, todos chorando. “Não há motivo para chorar, eu ganhei todas as paradas de que participei, precisava perder para ver como é uma derrota”, consolou-os. Bierrenbach voltaria a perder a disputa para a Câmara dos Deputados em 1990.

O procurador retornou para São Paulo. Em 1999, recebeu convite do

então presidente Fernando Henrique Cardoso para ser ministro do Superior Tribunal Militar, em uma das cinco vagas destinadas aos juízes togados, ou seja, civis. Um tio dele, o almirante de esquadra Júlio de Sá Bierrenbach, havia sido presidente dessa Corte. A indicação foi a realização de um sonho de adolescência. “Não me tornei militar, mas me tornei um servidor das Forças Armadas”, afirma.

No STM, Bierrenbach analisou vários processos e um deles o impressionou bastante. Um sargento da Marinha tinha um inimigo, um suboficial. Certo dia, em um estado da Região Norte, ambos atravessaram um rio em uma balsa, mas o sargento retornou sozinho e o suboficial não foi mais visto. Cerca de um mês depois, foi encontrado um corpo boiando, bastante deteriorado. O sargento foi processado e condenado por homicídio.

Após cumprir a pena de nove anos de prisão, ele se mudou para o

Nordeste. Passados mais de 17 anos do suposto crime, soube que o suboficial estava vivo e trabalhando em uma borracharia no Rio Grande do Sul. O sargento sai à caça do outro militar e, ao encontrá-lo, dá dois tiros em seu peito. Segue até a Capitania dos Portos, confessa o crime e entrega a arma.

Novamente, o sargento foi preso e processado por assassinato. Quando o caso chegou ao STM, Bierrenbach inocentou o réu. “Ninguém pode ser condenado duas vezes pelo mesmo crime”, sentenciou. Para o juiz, o réu já havia cumprido a pena.

Bierrenbach aposentou-se do Superior Tribunal Militar em 2009. “A consciência é um chicote que não me castiga”, garantiu no discurso de despedida da Corte. Sua atuação no STM (instituição criada em 1808) é contada no livro *Dois séculos de Justiça – presença das Arcadas no Tribunal mais antigo do Brasil*, escrito em 2010.

Após deixar o Tribunal, voltou para São Paulo e continuou a advogar, a atirar e a pilotar. Mas não

abandonou a luta política. No Dia do Advogado (11 de agosto) de 2015, durante um almoço da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP, fez um contundente pronunciamento defendendo a renúncia da então presidenta Dilma Rousseff. “O que ela poderia fazer

de melhor para preservar as instituições que jurou defender e até para preservar sua imagem e sua honra, era renunciar”, declarou.

Bierrenbach foi bastante aplaudido e vários ex-alunos fizeram questão de assinar o seu discurso. Naquela tarde, a advogada e professora Janaina Paschoal o procurou e disse

que era preciso fazer mais do que solicitar a renúncia da presidenta: iria entrar no Congresso com um pedido de impeachment de Rousseff, o que fez em 21 de outubro de 2015.

Atualmente, o ex-vereador participa de almoços semanais com um grupo de personalidades, como o jurista Miguel Reale Júnior, os ex-ministros Almino Affonso, José Gregori e José Carlos Dias e o ex-governador Paulo Egydio Martins. Segundo Bierrenbach, as conversas, que no início eram sobre a possibilidade de Dilma deixar a Presidência, ocorrem desde 2015. Em 6 de março do ano passado, o jornal *Folha de S. Paulo* chamou esses almoços de conspiração gourmet. “Essa reportagem foi uma bobagem, não era conspiração, era um encontro de amigos”, reclama o advogado.

O ano de 2016 foi marcante na vida de Bierrenbach. Comemorou bodas de ouro e teve de abandonar duas grandes paixões: a aviação e as armas. Desistiu de atirar e pilotar por causa de problemas na vista e vendeu uma aeronave que possuía há 35 anos. “O avião era de 1946, quase tão velho quanto eu, mas em melhor estado”, brinca.

Entre suas atividades, faz pareceres jurídicos e presta consultoria. “Agora só trabalho para meus colegas advogados, não trabalho para empresas nem para clientes”, revela. Ele também escreve crônicas para a revista *Asas*, especializada em aviação. E prepara um livro de memórias. Histórias para contar não faltam.

LAÇOS • Bierrenbach com a esposa, Maria Igenes (à esquerda), e a amiga Maria Lúcia Mattos



10 PIONEIROS DA CÂMARA

Gisele Machado | Erick Paulino



Os **primeiros vereadores** paulistanos de que se tem notícia oficial foram, em 1561, Garcia Rodrigues e Antônio Cubas



Eleito para a Câmara em 1911, Alcântara Machado foi o primeiro e, até agora, **único vereador paulistano** a fazer parte da **Academia Brasileira de Letras**



Washington Luís foi o primeiro vereador de São Paulo a se tornar **presidente da República** (em 1926)



Nas eleições para vereador em 1947, Yukishigue Tamura tornou-se o **primeiro político de origem japonesa** eleito fora do Japão



Primeira vereadora eleita para a CMSP em 1947, Elisa Kauffmann Abramovich foi cassada, por ser comunista, antes de tomar posse



A **primeira vereadora a assumir** seu cargo no Legislativo paulistano foi Anna Lamberg Zeglio, em 1952



Primeira senadora brasileira (suplente, assumiu em 1982), Dulce Salles Cunha Braga foi antes vereadora por três legislaturas



Theodosina Ribeiro tornou-se a **primeira vereadora negra** do Município, ao eleger-se em 1968



Eleita para a Câmara em 1982, Luiza Erundina foi a **primeira prefeita de São Paulo** (tomou posse em 1989)



Sonhando com os pés no chão

Grupos que discutem andar a pé como meio de transporte despontaram em 2013 e vêm mudando políticas públicas

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Colaboraram: Matheus Briet | m.briet@hotmail.com

Renata Oliveira | renataoliveira-cci3est@camara.sp.gov.br

A psicóloga Marina Pereira, 48 anos, costumava viver cercada de automóveis, nas ruas e nos empregos: trabalhou numa empresa de radares, foi dona de uma autoescola focada em pessoas com medo de dirigir e só se locomovia sobre quatro rodas. Há dois anos, mudou tudo. Vendeu o carro e passou a percorrer São Paulo usando apenas o transporte público e os próprios pés.

“No começo eu tinha vergonha de dizer que não tinha carro. Hoje eu sinto muito alívio quando falo: não tenho carro, que bom!”, explica Marina, sorridente, sentada na varanda do seu apartamento na Vila Mariana, zona sul da capital, numa manhã com pouco sol de novembro passado.

Ela gostou tanto de trocar o estresse dos congestionamentos pela alegria da atividade física nos seus percursos pela cidade que passou a atuar como voluntária de uma organização não-governamental (ONG), a Corrida Amiga, que incentiva outras pessoas a fazerem o mesmo. É quando ela olha para mim e pergunta: “vamos lá?”. Hoje Marina vai me ensinar a correr a pé para o trabalho.

A DESCOBERTA DOS PÉS

Procure pelo termo pedestre no dicionário Houaiss e você encontrará definições desanimadoras: “sem brilho, rústico, modesto”. A vida nas metrópoles afastou tanto as pessoas dos próprios corpos que se locomover pelas ruas sem rodas ou motores passou a ser visto como uma prática indigna, que nem deveria ser considerada meio de transporte. “A indústria automobilística fez a gente perder o gosto por andar. A caminhada virou um modo de deslocamento estigmatizado”, resume a pesquisadora Ana Carolina Nunes, mestranda em Políticas Públicas da Universidade Fede-



AULA • Voluntários da ONG Corrida Amiga treinam pessoas a andar a pé por São Paulo

Alexandre Blumner

ral do ABC (UFABC) e membro do coletivo de mobilidade a pé Sampapé.

Basta andar por qualquer metrô para perceber como as ruas excluem quem se locomove a pé. Na cidade de São Paulo, alguns semáforos demoram tanto tempo para abrir aos pedestres que é possível cozinhar e servir um prato de macarrão instantâneo durante a espera pelo sinal verde. E não é exagero. Em junho do ano passado, uma performance-denúncia realizada pela associação Cidadeapé comprovou essa tese ao colocar um voluntário vestido de “Super-Ando, o herói dos pedestres” cozinhando um Mijojo na esquina da Avenida Rebouças com a Rua Oscar Freire.

Outro indício de como a cidade é hostil para quem caminha está na má

conservação das calçadas, responsável por 18% das quedas que acontecem na capital paulista, conforme dados do Instituto de Ortopedia e Traumatologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (veja quadro na pág. 30).

E olha que, mesmo sendo tão desprovido de brilho, rústico e modesto, o andar a pé permanece como o principal meio de deslocamento para a maioria da população. Dados da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) mostram que 36% dos deslocamentos diários dos brasileiros são feitos usando os pés. Em São Paulo, são 31%, segundo pesquisa origem-destino feita pelo Metrô.

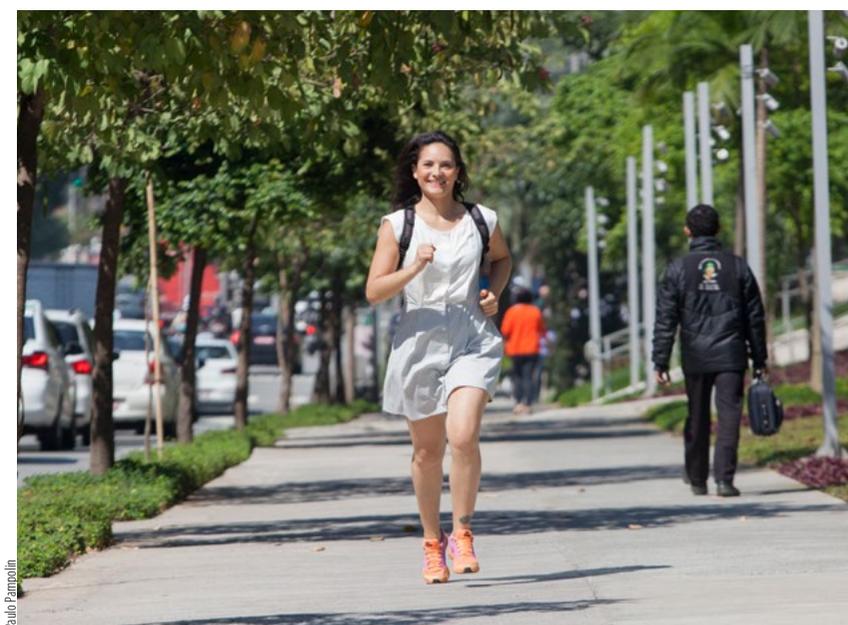
A ideia de que a caminhada é um meio de transporte e que, portan-

to, precisa da proteção e do incentivo do poder público é algo que os brasileiros começaram a descobrir nos últimos quatro anos. Um levantamento feito pelas ONGs Cidade Ativa e Corrida Amiga, com apoio do Instituto Clima e Sociedade, apontou que 80% das entidades que trabalham com o tema da mobilidade a pé surgiram a partir de 2013.

Para a gestora ambiental Silvia Stuchi Cruz, 32 anos, criadora da ONG Corrida Amiga, é natural que a explosão do interesse pelo transporte a pé tenha nascido junto com as Jornadas de Junho de 2013, quando muitos brasileiros descobriram pela primeira vez as ruas como espaço de luta política. “Ir para a rua desperta um outro olhar nas pessoas sobre a cidade”, diz.

Silvia criou a Corrida Amiga em 2014, buscando trazer ao Brasil um exemplo que havia conhecido durante um estágio de doutorado na

A PÉ • Silvia Stuchi Cruz, criadora da ONG Corrida Amiga



Paulo Pamolin

Projetos e leis relacionados aos pedestres

Normas aprovadas

Lei 16.607/2016
Juliana Cardoso (PT) e ex-vereador Nabil Bonduki Cria o programa Ruas Abertas

Lei 16.472/2016
Ricardo Teixeira (PROS) Cria o Dia do Pedestre, em 8 de agosto

Resolução 9/2013
Gilberto Natalini (PV), José Police Neto (PSD), Ricardo Nunes (PMDB) e ex-vereadores Floriano Pesaro, Marco Aurélio Cunha, Nabil Bonduki e Ricardo Young Cria a Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Humana na CMSP

Lei 15.442/2011
Domingos Dissei Define regras para reforma e construção de calçadas

Lei 15.245/2010
Toninho Paiva Estabelece diretrizes de proteção para as passarelas de pedestres

Lei 14.675/2008
Mara Gabrilli Cria o Programa Emergencial de Calçadas

Projetos de lei (*)

541/2016
George Hato (PMDB) Determina instalação de faixa e/ou semáforo perto de unidades de saúde

501/2015
Atílio Francisco (PRB) Determina instalação de contagem regressiva e sinais sonoros nos semáforos

339/2014
Eduardo Tuma (PSDB) Determina instalação de sinais sonoros nos semáforos

(*) Da última Legislatura

ENTREVISTA | Meli Malatesta

Uma das maiores especialistas do Brasil em mobilidade a pé caminha mancando desde que fraturou um tornozelo em uma queda, provocada pelo buraco de uma calçada mal conservada, em 2015. “Pertencia a um condomínio de um padrão bom, com pessoas esclarecidas, mas que não sabem o que significa uma calçada: um espaço de todos nós, e não dos outros”, analisa **Meli Malatesta**.

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e com mestrado e doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), conhece as políticas públicas de transporte por dentro, já que trabalhou 35 anos na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de São Paulo. Hoje, ministra cursos sobre mobilidade a pé por meio de sua ONG, chamada Pé de Igualdade.

Andar a pé é um meio de transporte?

Andar a pé é o mais primordial meio de transporte. É a matéria-prima que alimenta todas as outras redes de mobilidade. Toda viagem que a gente faz começa e termina com uma caminhada. Nas cidades brasileiras, 36% das viagens são feitas exclusivamente a pé. É uma porcentagem maior do que qualquer outro modo de transporte, coletivo ou individual.

É o transporte mais utilizado e também o mais esquecido?

Sim, haja vista as condições da infraestrutura de calçada que dá suporte à mobilidade a pé. É difícil entender que a calçada é um espaço público e que se destina à circulação de pedestres. O proprietário acaba resolvendo na calçada problemas que deveriam ser resolvidos no interior do lote. Veja a quantidade de rampas destinadas ao acesso veicular, que não respeitam a legislação e criam uma sucessão de degraus. Isso é uma invasão do espaço público, é um crime. Com essa sucessão de degraus, as pessoas vão para a rua e são atropeladas. Aí são taxadas de indisciplinadas e já se fala em multar pedestre. Eu acho que é aviltante exigir que o pedestre cumpra a parte dele, se é o mais desrespeitado na hora de dividir o espaço público.



Ricardo Rocha/OLSP

“Incentivar a caminhada é investir em saúde e segurança”

E os semáforos?

Praticamente em toda a cidade a programação dos semáforos é feita para dar vazão ao fluxo veicular, sem pensar nos pedestres. Para definir quantos segundos são necessários à passagem dos veículos, tem que fazer uma contagem do número de carros que passam. Quando se trata do pedestre, o tempo é definido pela distância da travessia, independente de quantas pessoas passam no local. A programação dos semáforos deveria considerar a demanda de pessoas para dar tempo suficiente a todos atravessarem. Ninguém pensa que a calçada vai congestionar e os pedestres vão sair para a rua.

Como reduzir as mortes no trânsito?

Um programa de redução de velocidades é o primeiro passo. As mortes no trânsito do Brasil têm números de guerra. A velocidade mata. Quando alguém é atropelado por um carro a 30 km/h, é como se caísse da janela do primeiro andar. Quando o carro está a 60 km/h, é como cair do sétimo andar. Já está mais do que calculado que reduzir os padrões de velocidade provoca um aumento curto no tempo de viagem, que não representa nem 10% do total. Em compensação, traz mais segurança, menos estresse e menos poluição. As pessoas que brigam para dirigir a mais de 50 km/h não entendem isso. Na minha opinião, ainda é alto. As velocidades civilizadas para áreas urbanas densas, como corredores de transporte, são de 40 km/h no máximo.

E nas vias expressas?

Uma via expressa é aquela que não tem uso do solo. Não é o nosso caso. As nossas “vias expressas” são vias arteriais que não têm semáforo. As marginais [Tietê e Pinheiros] têm pontos de ônibus, shopping centers, uma série de interferências junto à pista que acabam comprometendo a velocidade. Nas marginais tem morador de rua e vendedor. Não deveriam estar lá, mas estão, e aí? Se eles conseguem vender biscoito de polvilho para o motorista, é porque o trânsito não opera naquelas velocidades.

Como vê o fechamento de vias para lazer, como a Avenida Paulista?

Durante muito tempo se entendeu que calçadas e ruas tinham uma função só de passagem, mas a convivência é fundamental. Quando se propicia a convivência utilizando espaços públicos emblemáticos da cidade, você transforma as pessoas. O lazer não é luxo, é necessidade, é política pública. Uma cidade sem convivência é uma cidade doente. Quando as pessoas interagem e se cumprimentam, elas estão se vendo e tomando conta umas das outras. É muito melhor investir na mobilidade a pé do que enfiar uma cabine da Polícia Militar a cada esquina. Políticas de mobilidade a pé são políticas de saúde e de segurança. Enquanto não tivermos uma cidade que cuide do espaço da caminhada, a gente tem um caminho longo a percorrer.

França, ao ver muita gente usando a corrida como meio de transporte. Ela acha curioso que seja preciso criar ONGs para estimular as pessoas a andar, que é uma das primeiras coisas que aprendem na vida. “Nós mostramos a viabilidade de um transporte primordial que estava esquecido. É uma questão que deveria ser óbvia para todo mundo, mas não é.”

LEGISLAÇÕES PEDESTRES

A Paulista, palco principal das Jornadas de Junho de 2013, marcou a primeira grande vitória dos movimentos pelas caminhadas: o fechamento da avenida-símbolo de São Paulo aos carros durante domingos e feriados. A medida tornou-se oficial em 25 de junho do ano passado, com a publicação do Decreto 57.086, da Prefeitura, que criou o programa Ruas Abertas.

“As pessoas, no começo, estavam muito resistentes a essa mudança, mas hoje é um espaço frequentado por todos”, comenta a coordenadora editorial Adriana Chaves, 38 anos, que costuma frequentar a Paulista todo domingo para comer, correr e ver os artistas de rua. Ela lamenta que a cidade ainda não seja muito amigável para quem anda com pés no chão: “São Paulo poderia ser melhor para os pedestres. Tem regiões impossíveis de se andar. Ainda é uma cidade muito voltada para carros”.

ABERTA • Adriana aprova a Paulista exclusiva aos pedestres nos domingos

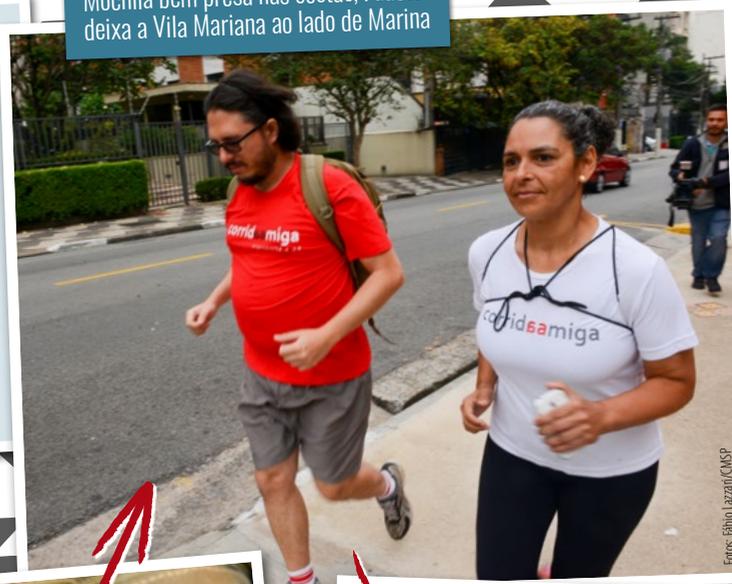


Renata Oliveira/OLSP

Como ir correndo ao trabalho

A psicóloga Marina Pereira, voluntária da Corrida Amiga, treina o repórter Fausto Salvadori

Mochila bem presa nas costas, Fausto deixa a Vila Mariana ao lado de Marina



Repórter se prepara para trocar de roupa e secar o suor com lenços umedecidos



Primeiro, a preparação. Cada objeto deve ser colocado num saco plástico antes de ir para a mochila



Zíperes da mochila de lado e presos com elástico para que não se abram



Após 40 minutos e 6 km de corrida, chegam ao Palácio Anchieta, sede da CMSP



Roupa trocada, hora de trabalhar

das calçadas e da integração das caminhadas com outras redes de transporte.

Mas já faz um bom tempo que as leis aprovadas na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) influenciam os passos de quem anda pela cidade. As regras que valem hoje para a construção e reforma das calçadas estão definidas na Lei 15.442, de 2011, feita a partir de um PL do ex-vereador Domingos Dissei e regulamentada pelo Decreto 52.903/2012. Lá estão as regras que exigem a presença de pelo menos duas faixas em todas as calçadas: uma de serviço, destinada a mobiliário urbano, como árvores e postes, e uma faixa livre para pedestres.

Em 2008, um projeto da então vereadora Mara Gabrilli deu origem ao Plano Emergencial de Calçadas, que permite à Prefeitura de São Paulo reformar ou construir calçadas em rotas estratégicas e locais com grande circulação de pedestres. Seis

ESTATUTO DO PEDESTRE* Algumas propostas

- Melhoria na infraestrutura para mobilidade a pé e redução de quedas e atropelamentos
- Assistência imediata em caso de quedas
- Tempo suficiente para travessia nos semáforos
- Espécies de árvores apropriadas nas calçadas, para evitar acidentes
- Iluminação adequada nas vias públicas

* O projeto precisa ser aprovado em 2ª discussão

ro vai para cima de um pedestre, é uma disputa política. É uma discussão sobre quem tem direito à rua”, afirma.

O programa Ruas Abertas transformou-se em política de Estado com a Lei 16.607, de 2016, nascida de um Projeto de Lei (PL) da vereadora Juliana Cardoso (PT) e do ex-vereador Nabil Bonduki e sancionada em 29 de dezembro. “A ocupação do espaço público através da cultura, do lazer e da arte no período noturno ou mesmo 24 horas, como é o caso da Virada Cultural de São Paulo, é um ótimo exemplo de política pública, inclusive copiada por muitas cidades do Brasil; no entanto, é pre-

ciso oferecer condições para que esse exemplo se torne frequente e descentralizado em nossa cidade”, afirma a justificativa do projeto.

Hoje, uma das principais bandeiras dos movimentos é a aprovação de um **Estatuto do Pedestre**, previsto no PL 617, de 2011, de autoria dos vereadores Atílio Francisco (PRB), Gilberto Natalini (licenciado), José Police Neto (PSD),

Mario Covas Neto (PSDB), Ricardo Teixeira (PROS) e Ricardo Nunes (PMDB) e dos ex-vereadores Antonio Goulart, Claudio Prado, Floriano Pesaro, Marco Aurélio Cunha, Nabil Bonduki, Netinho de Paula e Ricardo Young. Elaborado com a participação de diversas entidades de mobilidade a pé, o estatuto se propõe a aprimorar a infraestrutura que dá suporte à caminhada, por meio da melhoria

anos depois, a Lei 15.966/2014, criada a partir de um PL do vereador Paulo Frange (PTB), estabeleceu que as multas por má conservação de calçadas devem ser cobradas sobre a área irregular dos passeios, e não sobre a área total.

OLHANDO E ANDANDO

“Você já parou por aqui? Olha em volta, repara. Agora, a gente para e vê se o carro vai deixar a gente passar na faixa. Se deixar, agradece e acena. Se não deixar, agradece e acena também.” Enquanto corremos pela calçada, Marina me ensina a manter aberto um “olhar contemplativo” para pessoas e paisagens que passam pela gente. Essa é uma das atividades desenvolvidas pela Corrida Amiga, em que um voluntário ensina, na prática, como fazer correndo o percurso entre casa e trabalho.

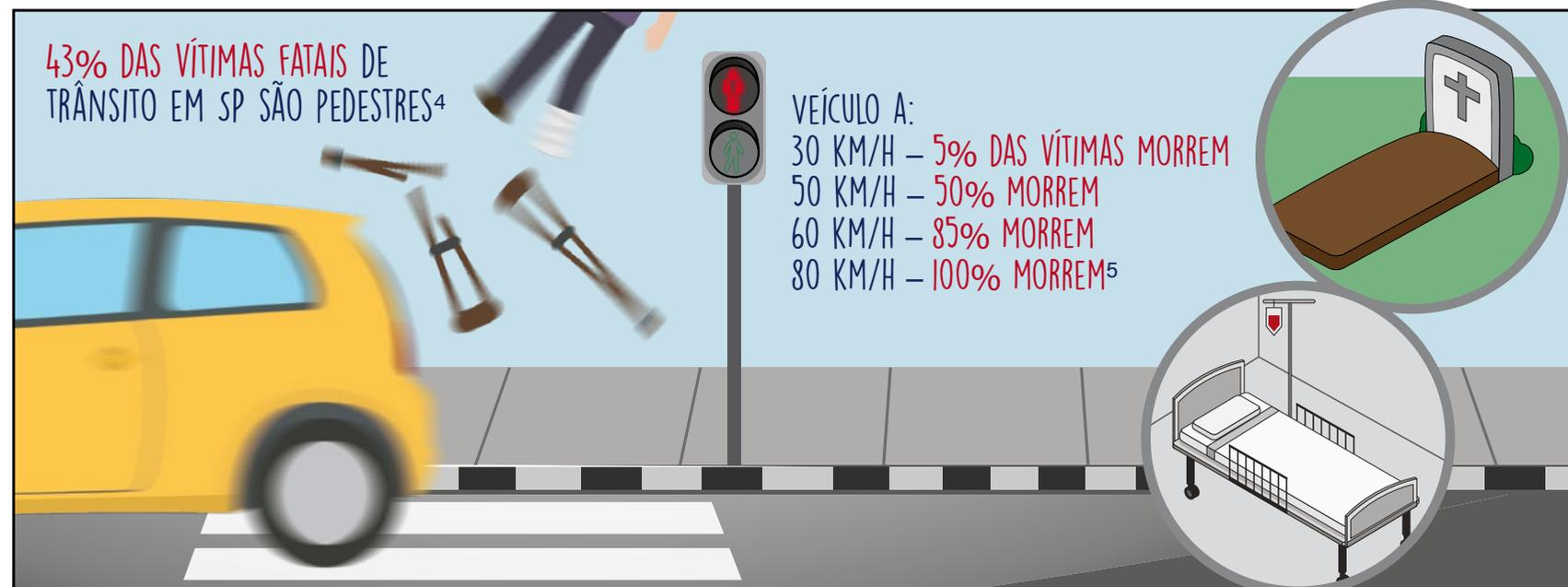
É mais fácil do que eu poderia imaginar. O percurso de seis quilômetros entre minha casa, na Vila Mariana, e a Câmara Municipal de São Paulo, na Bela Vista, leva apenas 40 minutos e se mostra um jeito bastante viável de inserir uma atividade física no meio da minha rotina diária.

Como eu sabia que a gente iria passar por lugares movimentados, meu maior receio era de como as pessoas nas calçadas cheias de gente iriam reagir a uma dupla de corredores. A resposta de Marina é a genti-

SATISFEITA • Marina conta que adora trocar o automóvel pelos deslocamentos a pé



As pedras no caminho de quem anda a pé em São Paulo



Fontes: ¹Instituto de Ortopedia e Traumatologia do HC da USP / ²Teste realizado em 25/3/16, pela Associação Cidadeapê, na esquina das avenidas Rebouças e Oscar Freire / ³Teste feito pela Folha de S.Paulo nos semáforos da região central, em março de 2013 / ⁴CET-SP / ⁵Observatório de Segurança Viária da Espanha

leza. Tome cuidado com todo mundo, evite esbarrões, espere sua vez e cumprimente sempre que der, com um sorriso e um bom-dia. Engraçado ver que, mesmo no coração de São Paulo, as pessoas respondem a cumprimentos. Até que é um jeito bom de começar o dia, recebendo e distribuindo sorrisos. E olhando sempre.

“Se você for a pé questionando e brigando com todo mundo, vai chegar tão estressado como se estivesse no carro. Tem que adotar um olhar contemplativo”, explica

Marina. Combina com o que uma médica, Stela Sartori, 39 anos, disse a respeito de como seu olhar se modificou após participar de atividades de caminhada: “aprendi a

observar os lugares com mais interesse e descobri que, quanto mais observo, mais coisas novas e surpreendentes surgem no caminho”.

Assim, enquanto os tênis batucam no chão, meu olhar vai buscando: fachadas de casas em que nunca tinha reparado, um rosto de criança, um senhor cantando para a rua, a surpresa de uma orquídea amarrada em uma árvore, a arte subversiva das pichações nos muros, as barracas de comércio popular nas imediações do Hospital Beneficência Portuguesa, que eu nem sabia que existiam porque nunca tinha passado por ali, a não ser, talvez, dentro de um veículo, com os olhos aprisionados na tela de um celular e a mente em qualquer outro lugar e tempo que não aqui e agora.

São tantos os casulos em que a gente se aprisiona, a confortável surdez dos fones de ouvido, a lataria reconfortante dos automóveis, a bolha confortadora das nossas redes sociais. Quem sabe esse jeito de andar, pés no chão e olhar à frente, possa nos ajudar a ver uns aos outros e, assim, aprender como viver na mesma cidade de um jeito que abrace a todos.

SAIBA MAIS

- Sites**
 Cidadeapê. <http://cidadeape.org>
 Corrida Amiga. <http://corridaamiga.org>
 Mobilize. <http://www.mobilize.org.br>
Dissertação de mestrado
 Andar a pé: um modo de transporte para a cidade de São Paulo. Meli Malatesta (USP, 2008). Disponível em <https://goo.gl/1guun>
Reportagem
 Cobrança justa. Revista Apartes nº 6 (mar/abr-2014). <https://goo.gl/m6lqn0>

Um prêmio à versatilidade

Personalidades ligadas à cultura receberam honraria que leva o nome de Guilherme de Almeida, um dos mais completos artistas nacionais

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Integrante do grupo da **Semana de Arte Moderna de 1922**, precursor da crítica cinematográfica no jornalismo do País e compositor parceiro de Villa-Lobos, Guilherme de Almeida foi um artista completo. Deixou mais de 70 publicações entre poesia, prosa, ensaios e material jornalístico. Num concurso patrocinado pelo jornal carioca *Correio da Manhã* em 1959, foi eleito príncipe dos poetas brasileiros após concorrer com Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes e Mauro Mota. Foi membro das academias Paulista e Brasileira de Letras e comandou a comissão responsável por celebrar o Quarto Centenário paulistano, em 1954.

Almeida é o poeta predileto da dramaturga Renata Pallottini: “ele tinha uma maneira de escrever em cujo espírito se pode entrar desde a adolescência, com versos que pareciam muito simples, mas sobre os quais havia muito o que pensar e sentir em mais profundidade”, diz.

Para a escritora, o melhor do seu ídolo eram os sonetos, com métrica, melodia, ritmo e rimas muito bem cuidados.

“Era conhecido nas escolas, onde os alunos decoravam seus poemas porque os professores recomendavam, e seus livros vendiam edições sucessivas”, conta Marcelo Tápia, diretor da Casa Guilherme de Almeida – um espaço cultural do governo paulista que busca trazer à tona a memória sobre o intelectual, que caiu no ostracismo após a década de 1960.

Quando já não era tão famoso, Guilherme chegou a se candidatar, sem êxito, a uma vaga de deputado estadual por São Paulo, em 1950. O esquecimento, que pode ter atrapalhado sua candidatura, intensificou-se após sua morte, em 1969, pouco antes de completar 79 anos. “Há interesses que podem ter levado à marginalização de Guilherme”, supõe Tápia. Segundo ele, entre esses está “a utilização de sua participação na Revolução de 1932 para

OSTRACISMO
Guilherme de Almeida, famoso até a década de 1960, hoje é pouco conhecido

Arquivo Casa Guilherme de Almeida



AMIZADE • O artista interage com Ling-ling, seu cão pequenês

caracterizar que teria voltado a ser um passadista depois de ter experimentado o Modernismo, uma afirmação de muitos críticos que não resiste à leitura de sua obra”. Manteve, inclusive, a amizade com modernistas como Mário de Andrade e Oswald de Andrade.

Para Renata Pallottini, Guilherme foi um modernista moderado, mais comedido. “Era um poeta de muitos bons modos, que não se atirava a fazer grandes quebras, rupturas, a dizer coisas muito novas, enquanto havia modernistas como Oswald de Andrade, que dizia as maiores loucuras que lhe vinham à cabeça.”

Neta de Guilherme, Maria Izabel Barrozo de Almeida diz ter a sensação de que o avô era mais clássico

do que moderno. Lembra que ele e a avó, Belkiss Barrozo de Almeida, a Baby, tinham pela casa inúmeros retratos seus presenteados e assinados pelos modernistas mais importantes da época, como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Lasar Segall e Victor Brecheret.

“Meu avô era notívago, tinha uma vida social intensa, recebia muitas visitas, como Menotti Del Picchia e Paulo Bomfim, e era o centro das atenções, falava coisas curiosas”, lembra-se Izabel, “com os olhos de uma criança”, já que era adolescente quando Guilherme de Almeida morreu. Ela recorda que o avô gostava de recontar a história de cada objeto que havia em casa.

“Ele tinha, digamos, um laivo de romantismo, mas eu não poderia considerar o Guilherme conservador”, diz Anna Maria Martins, primeira-secretária-geral da Academia Paulista de Letras. Paulo Bomfim, que viveu com Guilherme de Almeida a Semana de Arte Moderna, tenta descrevê-lo num depoimento em vídeo para a *TV Cultura*: “era um homem de profundas raízes, mas ao mesmo tempo, profundamente antenado com o presente e com o futuro”.

MODERNISTA ENGAJADO

Na opinião de Marcelo Tápia, o engajamento político que levou Guilherme a se candidatar a um cargo público pode ter sido o que o levou a se alistar

Arquivo Casa Guilherme de Almeida



COMPANHIA • Na casa de seu pai, Guilherme (no canto inferior, à direita) posa com sua futura esposa, Baby, Mário de Andrade (de chapéu) e outros intelectuais

(e a lutar) como soldado raso durante a Revolução Constitucionalista de 1932, época em que editava o *Jornal das Trincheiras*. Por conta disso, o poeta foi preso quando o movimento chegou ao fim, em outubro daquele ano. Ficou exilado em Portugal, onde permaneceu até 1933.

“Ele estava interessado na defesa do estado de direito, em contrapartida à ditadura de Getúlio, sem o discurso separatista que o próprio governo federal quis relacionar à Revolução”, diz Tápia, ao explicar que Almeida tinha um perfil democrático, ainda que também tenha tido um lado conservador “bem forte”.

“Acredito que nunca tenha se engajado ao integralismo como alguns modernistas dissidentes”, afirma.

O conservadorismo de Almeida está, por exemplo, na importante atuação cívica. Um poema seu virou letra do hino do Estado de São Paulo. Também era especialista em heráldica e, nessa condição, criou o brasão de Brasília e foi coautor do brasão da cidade de São Paulo. Também escreveu a *Canção do expedicionário*, considerada o hino da Força Expedicionária Brasileira (FEB), grupo militar que lutou pelo Brasil na II Guerra Mundial. A letra homenageia tradições e poemas famosos de brasileiros, como a *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias. “Por mais terras que eu percorra / Não permita Deus que eu morra / Sem que volte para lá”, diz uma das estrofes de Almeida.

Renata Pallottini/USP



MEMÓRIA • Marcelo Tápia, na casa que já foi de Guilherme de Almeida e hoje é um centro cultural

Colar Guilherme de Almeida 2016

Homenageados

- **Antonietta Tordinio** – presidenta do Sindicato Nacional dos Artistas Plásticos, é também membro executivo da Associação Internacional de Artes Plásticas, filiada à Unesco.
- **Archimedes Lombardi** – fundador do Cineclub do Ipiranga e da Associação Brasileira de Colecionadores de Filmes em 16 mm. É exibidor voluntário de filmes em escolas e universidades no Município.
- **Companhia Teatro Documentário** – leva a não ficção à cena teatral e estuda as peculiaridades dessa proposta estética.
- **Ives Gandra da Silva Martins** – jurista. Ganhou o Prêmio Esso do IV Centenário de São Paulo com a monografia *A história de São Paulo até 1930*. Membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia Paulista de História.
- **José Maria Pereira Lopes** – coordenador do Centro de Documentação (que inclui a Fimoteca) da *TV Cultura* de São Paulo.
- **Maurício Kirilos** – ligado ao movimento de veteranos de 1932, já foi condecorado pela Sociedade Veteranos de 32 MMDC e pela Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU.
- **Marcelo Mattos Araujo** – presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Integra o Conselho de Administração da Fundação Bienal de São Paulo e da Fundação José e Paulina Nemirovsky.
- **Paulo Bomfim** – decano da Academia Paulista de Letras. Seu livro de estreia em 1947, *Antônio triste*, com prefácio de Guilherme de Almeida e ilustrações de Tarsila do Amaral, ganhou o Prêmio Olavo Bilac da Academia Brasileira de Letras.
- **Renata Pallottini** – como dramaturga, ganhou os prêmios Molière e Governador do Estado pelo texto *O crime da cabra* e o Prêmio Anchieta, da Comissão Estadual de Teatro, por *O escorpião de Numaância*. Como escritora de poesia, levou o Prêmio Jabuti pelo livro *Obra poética*. Como tradutora, venceu prêmios da União Cultural Brasil-Estados Unidos e da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA). É membro da Academia Paulista de Letras.



Assim como na vida, em sua obra literária Guilherme de Almeida transitou por conceitos diversos. “Talvez mais do que qualquer outro dos participantes da Semana de Arte Moderna, ele viveu o drama da conciliação estética do novo com o velho, da fôrma com a forma, da tradição com a invenção, da rotina e do automatismo das receitas com o clamor de criatividade”, explicou o escritor Lêdo Ivo na introdução de uma das edições do livro de poemas de Almeida intitulado *Raça*, que segue uma linha nacionalista do Modernismo, apeçada às temáticas brasileiras.

Filho do jurista e professor de Direito Estevam de Almeida, Guilherme traduzia do grego com maestria (traduziu *Antígona*, de Sófocles), mas estava sempre atento às inovações de linguagem. “Ele foi divulgador do haikai (forma poética de origem japonesa) no Brasil e, pouco antes de morrer, deixou o

HOMENAGEADA • “Ele fazia versos que pareciam simples, mas sobre os quais havia muito o que pensar”, diz Pallottini



Mozart Gomes/CMSP

livro *Margem* (sem publicar) dialogando com a vanguarda da poesia da década de 1960”, diz Tápia.

RECONHECIMENTO

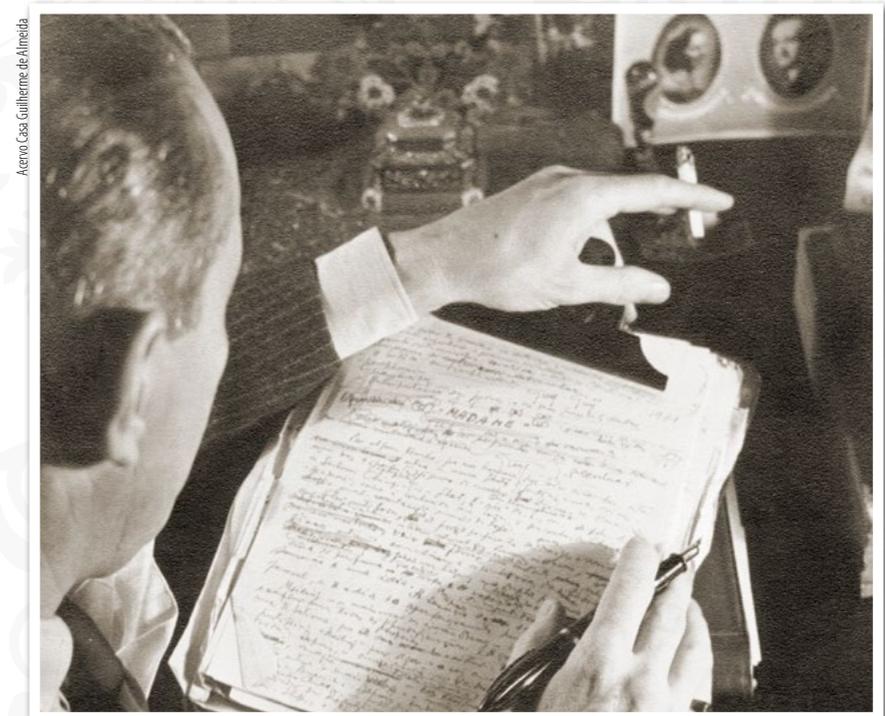
Para lembrar a importância do poeta, a Câmara Municipal criou, por meio da Resolução 5/2015, proposta pelos vereadores Aurélio Nomura (PSDB), Reis (PT) e Toninho Paiva (PR), a honraria Colar Guilherme de Almeida - O poeta de São Paulo e da Epopeia de 32. “Esta é a primeira premiação cultural criada pela Câmara Municipal de São Paulo”, diz Teresa Cristina Borges, consultora de Relações Públicas do Legislativo paulistano e uma das responsáveis pelo evento.

O Colar Guilherme de Almeida é concedido anualmente a até nove homenageados – pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado colaboração relevante à literatura, ao cinema, ao teatro, à música, às artes plásticas e

JURADA • “Guilherme falou muito no paulistano, na importância da nossa cidade”, afirma Anna Maria Martins



Mozart Gomes/CMSP



Averno Casa Guilherme de Almeida

HABILIDADE • O artista também traduzia do grego com maestria

a outras formas artístico-culturais de manifestação, bem como à preservação e à divulgação da história da cidade de São Paulo.

A decisão sobre quem receberá a honraria é de uma comissão composta por até dois representantes de cada uma dessas entidades: Museu Casa Guilherme de Almeida, Sociedade Veteranos de 32 - MMDC, Academia Paulista de Letras, Academia Paulista de História, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e Centro de Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Um dos representantes do Museu Casa Guilherme de Almeida deve exercer também a presidência da comissão.

“Guilherme falou muito no paulistano, na importância da nossa cidade, dos bandeirantes, das características do habitante, do que ele trouxe à cidade”, lembra Anna Maria Martins,

que integra a comissão julgadora do prêmio. Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que esteja ligada ao tema da premiação, pode sugerir à Câmara nomes a serem homenageados. A indicação deve ser encaminhada até 30 de abril de cada ano.

Em 9 de dezembro de 2016, ocorreu a primeira edição da premiação, no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Confira a lista com os homenageados na página ao lado.

SAIBA MAIS

Casa Guilherme de Almeida

Instalada no local em que o artista morreu até morrer, preserva seus objetos pessoais, além de obras oferecidas a ele por artistas como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Lasar Segall e Victor Brecheret www.casaguilhermedealmeida.org.br

Livros pra juventude

Logo que a literatura infantojuvenil brasileira surgiu, CMSP foi procurada por escritores para que obras do gênero fossem distribuídas nas escolas

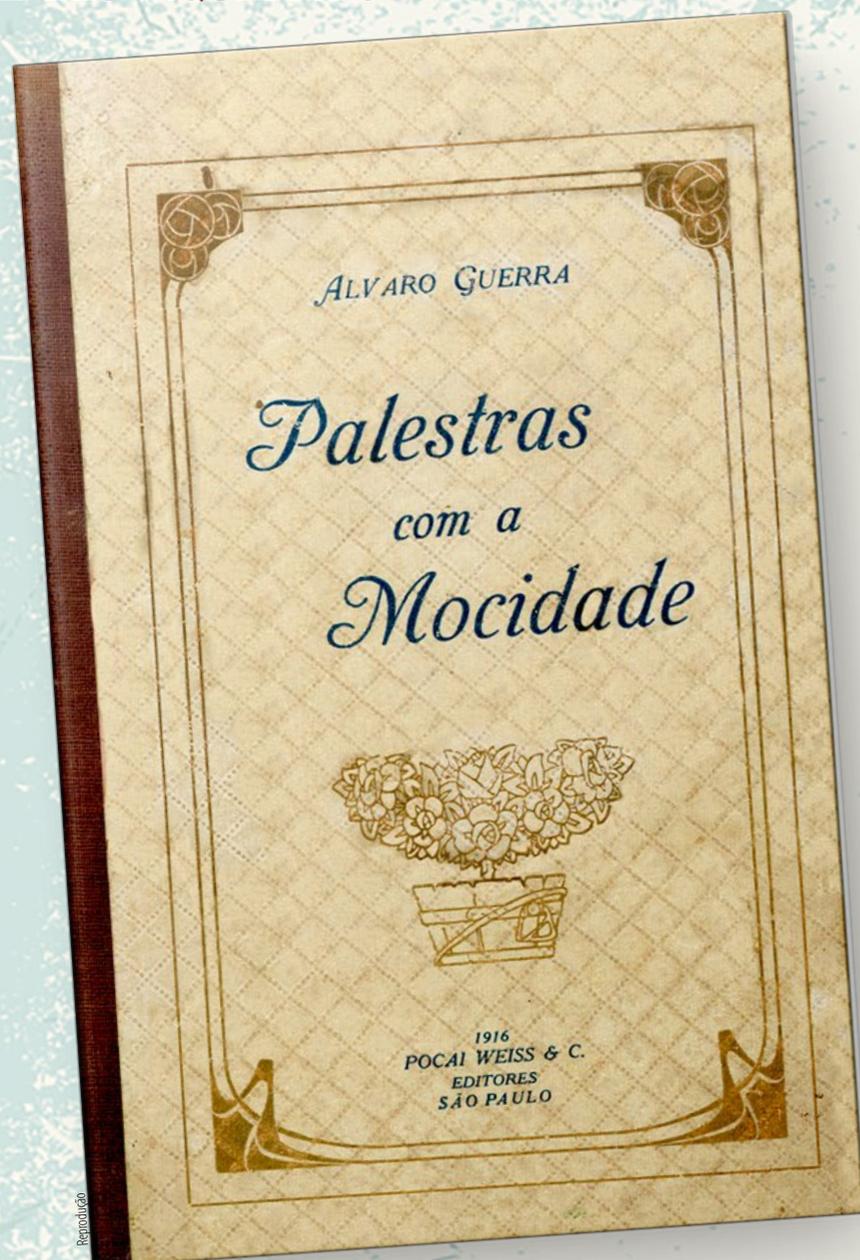
Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

A literatura infantojuvenil brasileira ainda engatinhava nas primeiras décadas do século 20. Em 1910, o poeta Olavo Bilac e o educador Manoel Bomfim lançaram o livro *Através do Brasil*, um dos primeiros sucessos do segmento. Dez anos depois, Monteiro Lobato publicou *A menina do narizinho arrebitado*, que passou a ser o primeiro capítulo da obra *Reinações de Narizinho* e se tornou um clássico. Na época, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) foi procurada por autores que escreviam para os jovens e queriam divulgar essas obras.

Em 1º de dezembro de 1917, o professor, jornalista e poeta Alvaro Maria d'Almada Guerra protocolou um ofício manuscrito destinado ao então presidente da CMSP, Raymundo da Silva Duprat (o barão de Duprat), e aos outros vereadores informando que havia publicado *Palestras com a mocidade*, “livro de caráter didático e propaganda nacionalista”. O autor solicitava que a Câmara comprasse mil exemplares para ajudar no pagamento da edição e que a obra fosse distribuída entre alunos e professores de São Paulo. Hoje, esse pro-



INÍCIO
Capa de um dos primeiros livros infantis brasileiros, oferecido à CMSP



cesso e um exemplar do livro fazem parte do acervo do Arquivo Geral da CMSP. A obra pode ser acessada pelo link <https://goo.gl/09Qak1>.

Aos 49 anos, Alvaro Guerra, nascido em Pirai (RJ), era um nome conhecido no meio literário. Já havia publicado, por exemplo, *No lar e Páginas cristãs*. Em 1909, foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras (APL). *Palestras com a mocidade* é um livro de 128 páginas dedicado à

juventude brasileira. O autor explicou por que resolveu escrevê-lo citando o político romano Cícero: “que serviço mais relevante podemos prestar à República do que ensinar e instruir a mocidade?”. Segundo Guerra, “ser moço é ser forte, nobre, generoso e justo, é ter todos os sonhos de justiça”.

O livro oferecido à Câmara Municipal é composto por aulas sobre literatura nacional, geralmente com análises sobre escritores. Guerra

conta que Castro Alves, conhecido como o poeta dos escravos por ter defendido a abolição da escravatura, tinha “a fronte ampla aureolada por linda cabeleira romântica” e que a multidão que o ouvia admirava tanto a qualidade de seus versos quanto a forma como discursava.

O autor também mostra sua satisfação ao ver meninos na Praça da República, no Centro de São Paulo, que admiravam o busto do escritor Álvares de Azevedo. “Com prazer verifiquei que aquelas crianças já conheciam o nome do poeta, já citavam algumas de suas produções”, afirma. Ele encerra o livro com uma declaração de confiança no futuro do País: “amemos o que é nosso, só assim daremos a este MUITO NOSSO Brasil o pouco que ainda lhe falta para que ele não mais se figure aos povos civilizados como um país de bugres ou de símios”.

O pedido de Guerra seguiu para a Comissão de Finanças e foi encaminhado à Prefeitura. Lá, o livro chegou às mãos de um funcionário que leu a obra e fez críticas positivas, em um despacho manuscrito ao diretor-geral do órgão: “o livro é, ao mesmo tempo, interessante e útil, quer como obra didático-literária, quer como bem orientado meio de propaganda nacionalista”. A conclusão do despacho defende a distribuição dos exemplares, pois “esses moços precisam ler livros assim – de doutrina sã, elevada, nobremente patriótica”.

Em ofício de 15 de junho de 1920, destinado à Presidência da CMSP, o prefeito Firmiano Morais Pinto também fez boas críticas à obra. Mas ressaltou que a disponibilização “às escolas, linha de tiro [treinamento militar para jovens, atualmente

mais conhecido como Tiro de Guerra] e outras sociedades deve competir mais ao Estado do que à Municipalidade”.

A discussão sobre a compra e distribuição do livro continuou na CMSP. Em 5 de fevereiro de 1921, os vereadores Raymundo da Silva Duprat, que já tinha sido prefeito, e Luciano Gualberto apresentaram uma proposta que autorizava a Prefeitura a adquirir mil exemplares para distribuir entre alunos e professores das escolas instaladas no Município. Quando a proposta chegou às comissões de Justiça e de Finanças, ficou decidido que a compra dos livros não deveria ser autorizada pelo prefeito, mas sim pelo presidente da CMSP, e a compra foi permitida.

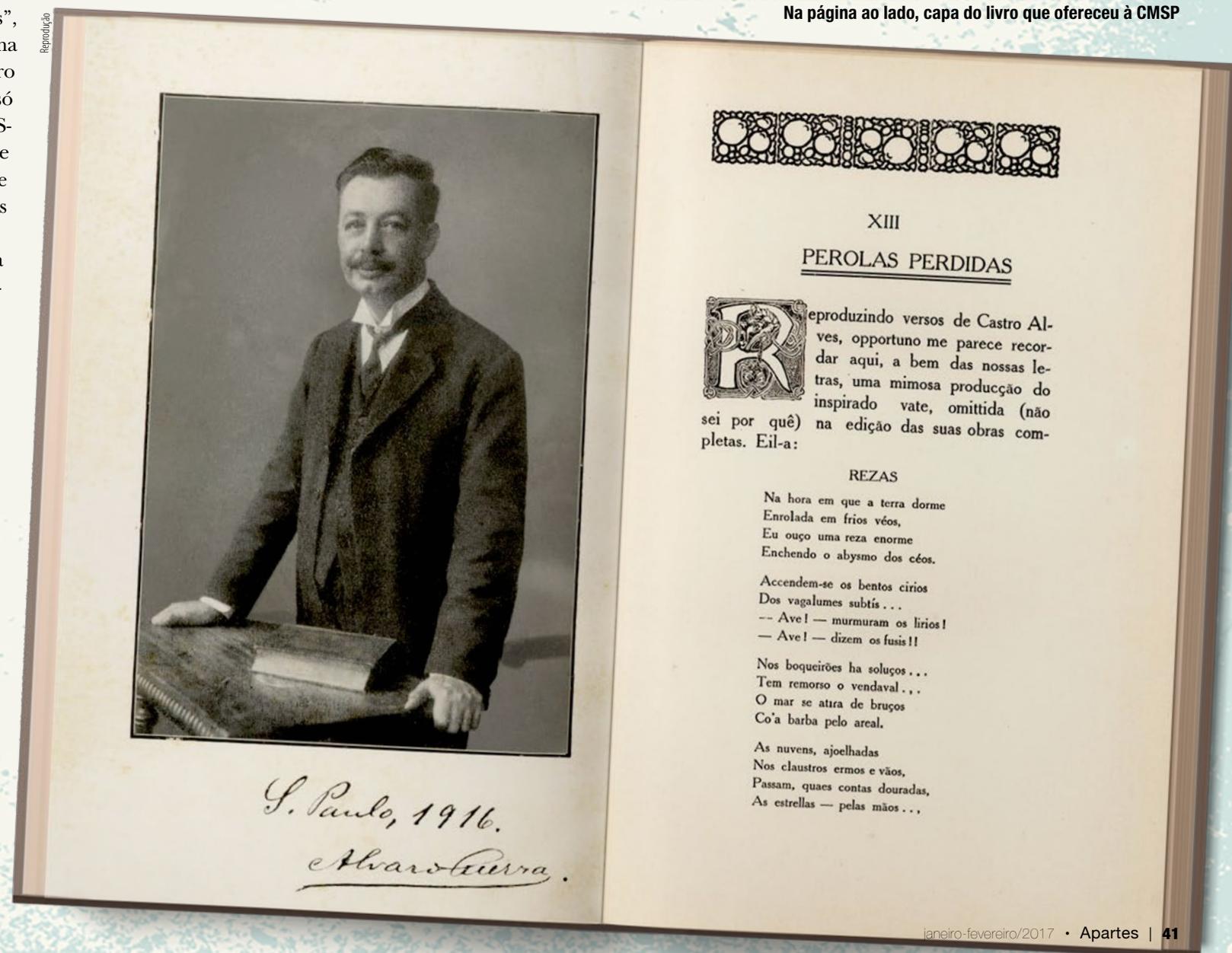
Alvaro Guerra morreu em 1942 e, indiretamente, continua a estimular o hábito de leitura entre os jovens, pois desde 1973 é nome de uma biblioteca pública municipal em Pinheiros, zona oeste de São Paulo.

LIÇÕES E CONSELHOS

Também na década de 20 do século passado, outro escritor infantojuvenil, José Corrêa da Silva Junior, procurou os vereadores para oferecer 500 exemplares de seu livro *A alegria de ser criança*, para que fossem comprados pela Câmara e distribuídos entre os alunos das escolas subvencionadas pelo Município.

IMORTAL

Alvaro Guerra foi um dos fundadores da Academia Paulista de Letras. Na página ao lado, capa do livro que ofereceu à CMSP





BRINCADEIRA • Anedotas do livro *A alegria de ser criança*

Em um requerimento manuscrito, datado de 1º de abril de 1929 e que está no Arquivo Geral da CMSP, Corrêa Junior cita o “alto propósito que preocupa o espírito dos atuais legisladores municipais, de pugnar [lutar] em defesa da educação intelectual e moral das crianças paulistas, dotando-as com elementos necessários à consecução [conquista] de tão nobre fim”. O requerente também afirma que livros infantis levam aos menores “ensinamentos que concorrerão para torná-los perfeitos como cidadãos”.

A *alegria de ser criança*, com 54 páginas e 20 ilustrações, traz poesias, fábulas e crônicas com ensinamentos cívicos e éticos. Alguns dos temas são válidos ainda hoje, como o respeito aos pais, ao meio ambiente e ao local onde se vive. Por exemplo, no capítulo *São Paulo*, Corrêa Junior

propaga: “ama com orgulho a tua cidade. Não só pela grandeza física, pelo seu extraordinário progresso material – mais ainda e, sobretudo, pela poesia de seu destino”.

Há, entretanto, algumas lições antiquadas para os dias atuais. Enquanto muitas obras infantis contemporâneas defendem a liberdade, a criatividade e ousadia, na fábula *O lenço de seda e o lenço de algodão*, a moral é “quem diz o que quer, ouve o que não quer”. Já em *A pedra que queria imitar a montanha*, a conclusão é “não desejes senão o que estiver ao teu alcance”.

O livro traz, também, preleções sobre questões sociais. No poema *Conselhos a um estudante pobre*, Corrêa Junior afirma que tanto o rico quanto o pobre têm motivos para se orgulhar, pois se o pobre é grande no

trabalho, o rico é grande pela caridade. E conclui: “se és pobre, sê feliz, bendize o teu destino, sê risonho!”.

O requerimento de aquisição foi encaminhado às comissões de Justiça e de Finanças. Ambas autorizaram o presidente da CMSP, Luiz Antonio Pereira da Fonseca, a realizar a compra, sob a alegação de que “o livro citado tem obtido merecidos elogios tanto da imprensa como de educadores e intelectuais paulistas”.

Em 27 de abril de 1929, Fonseca determinou a compra. Um exemplar do livro foi anexado ao processo e pode ser acessado no Portal da Câmara, pelo link <https://goo.gl/VEUk2o>.

Em 1965, Corrêa Junior, alagoano de Pilar que morava em São Paulo desde os 18 anos, recebeu o Título de Cidadão Paulistano, proposto pelo vereador Pedro Geraldo Costa.

Com o Aedes Aegypti

NÃO SE PODE BRINCAR



O *Aedes aegypti* é transmissor de doenças graves:

DENGUE, FEBRE AMARELA, FEBRE ZIKA e CHIKUNGUNYA

- Mantenha lixeiras bem fechadas
- Não deixe água acumulada
- Tampe bem tonéis e barris d'água
- Coloque o lixo em sacos plásticos
- Encha de areia os pratos de vasos e lave-os semanalmente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Comitê Civil contra o *Aedes aegypti*

Quer receber a **revista Apartes** em casa, gratuitamente?



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Basta acessar
www.camara.sp.gov.br/apartes
e preencher o cadastro.

apartes
Revista da Câmara Municipal de São Paulo